



AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de mesas de reunião, mesas de restaurante e cadeiras empilháveis para atender a Sede da ABIN, em Brasília/DF, e Superintendências Estaduais conforme condições, quantidades e exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelo órgão participante, estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1							
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1.1	<p>Mesa de Reunião Tamanho 1: Detalhamento: formato semi-oval, tampo componível em 2 partes iguais com 25mm, confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP - Médium Density Particleboard), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 25mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 565 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,1, resistência à flexão estática kgf/cm² = 143, resistência à tração superficial Kgf/cm² 10,2 de acordo com as normas NBR 14810 - Terminologia. NBR 14810 - Requisitos e NBR 14810 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5mm de acordo com as Normas ABNT. A fixação tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK cravadas na face inferior do tampo, possibilitando a montagem e desmontagem do móvel sem danificá-lo. Os tampos possuem recortes retangulares para acoplamento de duas caixas elétricas. Caixas elétricas confeccionadas em duas partes (Tampa e Porta Tomadas), sendo a tampa confeccionada em alumínio modelo basculante com abertura 105° fixada ao tampo por meio 2 chapinhas de aço mola e parafuso autoatarraxante 3,5 x 16 mm, e a porta tomada confeccionada em chapa de aço dobrada com espessura mínima 0,95mm embutido com 4 orifícios redondos, 4 orifícios retangulares ambos orifícios para colocação de tomadas elétricas (novo padrão ABNT), 4 orifícios quadrados para colocação de receptores para plug RJ45 e aberturas para passagem de cabeamento, e fixada ao tampo por meio de parafusos auto-atarraxante 48 x 13 mm. Painéis frontais (2) duplos e paralelos, um em cada coluna vertical da estrutura, estrutural e de privacidade, confeccionados com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP - Médium Density Particleboard), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão com 18mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2mm</p>	458686	Unidade	ABIN (110120)	28	5.145,83	144.083,24

	<p>texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10.2 de acordo com as normas NBR 1481 - Terminologia, NBR 14810 - Requisitos e NBR 14810 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado em fita de poliestireno com 45mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt A fixação painel/estrutura deve ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Estruturas laterais (2) e centrais (2) metálica constituídas por chapas metálicas conformadas, cuja composição se divide em pata, coluna, e suporte do tampo. Pata fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, estampada e repuxada, com furos superiores para conexão com a coluna. Coluna dupla, fabricada em chapa de aço com espessura de 0,95mm, dobrada em forma de meia cana; unidas pelo processo de solda MIG e por chapas de formato ovalado com espessura mínima de 3mm, sendo estas chapas dispostas em ambas as extremidades da coluna na posição horizontal, proporcionando desta forma uma interligação perfeita (entre pata-coluna-suporte do tampo) por meio de solda MIG; e parafusos tipo M6. Paralela à coluna, é acoplada uma calha de saque lateral, cuja função é proporcionar a subida de cabos do piso ao tampo de forma discreta e funcional Suporte do tampo fabricado em chapa de aço com espessura mínima de 3mm, estampada e repuxada, fixada a coluna por meio de solda MIG. Todas as partes metálicas deverão ser submetidas a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 2000 C por no mínimo 10 minutos. Acabamento com sapatas em PVC rígido com diâmetro de 66 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso</p> <p>Dimensões aproximadas: 2,4 x 1,2 x 0,75 metros (CxLxA). Nas extremidades, a largura é até 20% menor, em virtude do formato semi-oval.</p> <p>Cor: Casca de ovo, marfim ou wengue (a definir no momento do pedido)</p> <p>Referências: Fortline, Operis</p>						
1.2	<p>Mesa de Reunião Tamanho 2:</p> <p>Detalhamento: formato semi-oval, tampo componível em 2 partes iguais com 25mm, confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP - Medium Density Particleboard), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 25mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo As chapas possuem densidade mínima de 565 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,1, resistência à flexão estática kgf/cm² = 143, resistência à tração superficial Kgf/cm²10,2 de acordo com as normas NBR 14810 - Terminologia. NBR 14810 - Requisitos e NBR 14810 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5mm de acordo com as Normas ABNT A fixação tampo/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos máquina M6, fixados por meio de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK cravadas na face inferior do tampo, possibilitando a montagem e desmontagem do móvel sem danificá-lo. Os tampos possuem recortes retangulares para acoplamento de duas caixas elétricas. Caixas elétricas confeccionadas em duas partes (Tampa e Porta Tomadas), sendo a tampa confeccionada em alumínio modelo basculante com abertura 105° fixada ao tampo por meio 2 chapinhas de aço mola e parafuso autoatarraxante 3,5 x 16 mm, e a porta tomada confeccionada em chapa de aço dobrada com espessura mínima 0,95mm embutido com 4 orifícios redondos, 4 orifícios retangulares ambos orifícios para colocação de tomadas elétricas (novo padrão ABNT), 4 orifícios quadrados para colocação de receptores para plug RJ45 e aberturas para passagem de cabeamento, e fixada ao tampo por meio de parafusos auto-atarraxante</p>	458686	Unidade	ABIN (110120)	16	6.343,00	101.488,00

<p>48 x 13 mm. Painéis frontais (4) duplos e paralelos, um em cada coluna vertical da estrutura, estrutural e de privacidade, confeccionados com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP - Médium Density Particleboard), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão com 18mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2m texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10.2 de acordo com as normas NBR 1481 - Terminologia, NBR 14810 - Requisitos e NBR 14810 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado em fita de poliestireno com 45mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt A fixação painel/estrutura deve ser feita por meio de parafusos ocultos tipo minifix. Estruturas laterais (2) e centrais (2) metálica constituídas por chapas metálicas conformadas, cuja composição se divide em pata, coluna, e suporte do tampo. Pata fabricada em chapa de aço com espessura mínima de 1,5mm, estampada e repuxada, com furos superiores para conexão com a coluna. Coluna dupla, fabricada em chapa de aço com espessura de 0,95mm, dobrada em forma de meia cana; unidas pelo processo de solda MIG e por chapas de formato ovalado com espessura mínima de 3mm, sendo estas chapas dispostas em ambas as extremidades da coluna na posição horizontal, proporcionando desta forma uma interligação perfeita (entre pata-coluna-suporte do tampo) por meio de solda MIG; e parafusos tipo M6. Paralela à coluna, é acoplada uma calha de saque lateral, cuja função é proporcionar a subida de cabos do piso ao tampo de forma discreta e funcional Suporte do tampo fabricado em chapa de aço com espessura mínima de 3mm, estampada e repuxada, fixada a coluna por meio de solda MIG. Todas as partes metálicas deverão ser submetidas a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 2000 C por no mínimo 10 minutos. Acabamento com sapatas em PVC rígido com diâmetro de 66 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso.</p> <p>Dimensões aproximadas: 4,0 x 1,2 x 0,75 metros (CxLxA). Nas extremidades, a largura é até 20% menor, em virtude do formato semi-oval.</p> <p>Cor: Casca de ovo, marfim ou wengue (a definir no momento do pedido)</p> <p>Referências: Fortline, Operis</p>							
VALOR TOTAL DO GRUPO 1							245.571,24

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
2.1	Mesa para Restaurante: Detalhamento: Formato retangular, tampo fabricado em madeira MDP (Medium Density Particleboard) de pinus ou eucalipto oriundos de reflorestamento, de 15mm, revestido em laminado melamínico de alta resistência, liso semi-brilho, com no mínimo 3,0mm de espessura na parte superior do tampo (referência: Fórmica), Bordas retas em todo o perímetro, com perfil de acabamento em fita de poliestireno semirrígido, com 2,0mm de espessura no mínimo (na mesma cor do tampo), coladas pelo processo hot melt. Encaixes em sistema de respiga, fixadas por parafusos passantes de aço e cavilhas; Base central em aço galvanizado com dois suportes superiores medindo cada um 65cm de comprimento por 2,5cm de espessura e 4,5cm de largura, suportada por hastes laterais com medidas de 2,5cm de espessura por 10cm de largura e 64,5cm de altura, finalizada com dois pés de sustentação medindo cada um 64,5cm de comprimento por 3,5cm de espessura e 7cm de altura; Dotada de	445176	Unidade	ABIN (110120)	159	1.251,80	199.036,20

	<p>sapatas reguláveis em aço e polipropileno. Todas as partes metálicas deverão ser submetidas a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 2000 C por no mínimo 10 minutos.</p> <p>Dimensões aproximadas: 1,4 x 0,70 x 0,75 metros (CxLxA).</p> <p>Cor: Tampo: Gelo ou bege (a definir no momento do pedido). Pés e base: Preto</p> <p>Referências: Fortline, Operis</p>						
VALOR TOTAL DO ITEM 2.1:							199.036,20

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	ÓRGÃO	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
3.1	Cadeira Refeição Empilhável: Detalhamento: Com encosto, sem braços, construída em monobloco sem emendas, material polipropileno com fibra de vidro, textura rattan ou similar no assento e encosto. Pés traseiros em curvatura de até 10 graus, garantindo mais estabilidade ao usuário. Certificada pela Portaria INMETRO nº 342/2014, com etiqueta de identificação e suporte de até 182kg de carga estática. Dimensões aproximadas: Assento 55 x 45,5 centímetros (PxL). Altura do assento em relação ao solo: 46 centímetros. Altura total: 87,5 centímetros. Cor: Preta (a definir no momento do pedido) Referências: Tramontina Laura	413991	Unidade	ABIN (110120)	396	349,96	138.584,16
		413991	Unidade	BASE ADM do QGEx (160186)	100	349,96	34.996,00
VALOR TOTAL DO ITEM 3.1							173.580,16
TOTAL BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO							34.996,00
TOTAL DA ABIN							583.191,60
VALOR TOTAL							618.187,60

1.2 Estimativas por item e local de entrega:

Fração	Quantidade Por Item			
	Item 1.1	Item 1.2	Item 2.1	Item 3.1
Sede (Brasília)	26	13	155	386
Base Administrativa do Quartel General do Exército (Brasília)	0	0	0	100
Superintendência Estadual Bahia	0	0	2	6
Superintendência Estadual Goiás	1	1	0	0
Superintendência Estadual Paraíba	0	0	1	0
Superintendência Estadual Piauí	0	1	1	4
Superintendência Estadual São Paulo	1	0	0	0
Superintendência Estadual Tocantins	0	1	0	0
Total	28	16	159	496

1.3. Quantidades mínimas e máximas:

Item	1.1	1.2	2.1	3.1
------	-----	-----	-----	-----

Quantidade mínima	2	1	10	30
Quantidade máxima	28	16	159	396

Órgão ou entidade participante	
BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO	
Item	3.1
REQUISIÇÃO mínima	1
REQUISIÇÃO máxima	100

1.4. O valor global estimado para a aquisição é de R\$ 618.187,60 (seiscentos e dezoito mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta centavos), sendo R\$ 583.191,60 (quinhentos e oitenta e três mil e cento e noventa e um reais e sessenta centavos) para ABIN e R\$ 34.996,00 (trinta e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais) para o BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO.

1.5. A garantia mínima dos objetos deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses ou a assegurada pelo fabricante, se maior, a contar do recebimento definitivo do objeto.

1.6. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação e desgastes prematuros não decorrentes de uso normal tais como: oxidação do aço, integridade da madeira, integridade das fitas de PVC, deformidade de plásticos.

1.7. Os itens deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente acondicionados e protegidos contra impactos, arranhões e sujeira.

1.8. Os itens deverão ser entregues montados ou montados no local, às custas e expensas da empresa fornecedora.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de mobiliário novo buscar dar seguimento ao processo de renovação do padrão atualmente existente no órgão. Observa-se grande quantidade de bens desse tipo adquiridos há mais de 20 anos, apresentando desgaste acentuado inerente ao uso. O objetivo é obter um ambiente de trabalho que atenda aos parâmetros de ergonomia, conforto e durabilidade, em conformidade com as normas técnicas brasileiras emitidas pela ABNT.

2.2. As quantidades foram determinadas visando à substituição parcial dos itens mais antigos ou em pior estado de conservação, bem como as demandas encaminhadas pelas Superintendências Estaduais na Matriz de Necessidade e ainda de acordo com manifestação formal de necessidade em resposta ao Departamento de Administração e Logística.

2.3. Para se estabelecer a descrição detalhada do item foi realizado um estudo de mercado dos produtos, principalmente no que diz respeito a materiais utilizados, englobando durabilidade e ergonomia. Nesse contexto, informa-se que a especificação de cada item preservou o princípio da ampla concorrência, sendo necessária e suficiente para garantir a qualidade na contratação.

2.4. Adotar-se-á o Sistema de Registro de Preços com base no Inciso II do Art. 3º, Decreto 7.892/13 para a presente contratação em razão de não haver possibilidade de estocagem total do material a ser adquirido, optando assim por entregas parceladas conforme a demanda do órgão.

2.5. A aquisição por grupos de mobiliários permite que a administração obtenha um mínimo de estética e identidade visual às localidades onde os itens farão parte, permitindo se obter um conjunto harmônico entre si e a manutenção da padronização dos mobiliários já existentes.

2.6. Os itens agrupados possuem a mesma natureza, guardam relação entre si, mantém natureza interdependente para a finalização completa da manutenção, uma vez que a não execução de um deles inviabiliza a execução do outro.

2.7. O Tribunal de Contas da União em análise do processo TC 006.719/2013-9 emitiu o seguinte entendimento através do Acórdão 861/2013-Plenário:

“28. Ao contrário do que propõe a representante, não se considera que a contratação de fornecimento e montagem de mobiliário para escritório para equipar uma determinada repartição possa ser desmembrada em itens autônomos correspondentes a cada tipo de móvel específico que o componha.

29. Andou bem, portanto, o órgão ao rejeitar, no que se refere ao ponto em questão, a impugnação ao edital apresentada pela representante. De fato, não se afigura desarrazoado que se considere tal mobiliário como um conjunto uno e harmônico, ainda que formado por itens autônomos. Dada a necessidade de padronização de design e acabamento dos diversos móveis componentes, como forma de garantir uma estética e identidade visual apropriadas, é imperativo que os elementos constituintes de tal conjunto provenham de um só fornecedor.”

2.8. Não será estabelecida cota reservada para participação de ME/EPP/COOP pois o tratamento diferenciado representa prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado bem como pode não ser vantajoso para a Administração, em virtude da necessidade de padronização do mobiliário, obtida através da menor diversificação de fornecedores, bem como controle da garantia e desempenho dos itens de forma mais direta e ágil. O entendimento do TCU vai ao encontro da justificativa ora apresentada conforme se pode verificar no Acórdão 861/2013-Plenário:

“Outro argumento utilizado foi evitar a ampliação do número de fornecedores, com vistas a preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores (p. 26, peça 20). Nessa linha, acrescento que, de fato, lidar com o único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.”

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O bem é comum, pois seus padrões de qualidade foram objetivamente definidos neste termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, nos seguintes endereços:

Fração	Endereço
Sede	Setor Policial Sul, Área 5 Quadra 1, Brasília/DF, CEP 71.060-022, Tel (61) 3445-8314, (61) 3445-8004
Base Administrativa do Quartel General do Exército (Brasília)	Avenida do Exércitos/nº , Setor de Garagens, Setor Militar Urbano - Brasília/DF, CEP: 70.630-901, tel: (61) 3415-6991.
Superintendência Estadual Bahia	Avenida Professor Magalhães Neto, 1550, Premier Tower Empresarial, 18º andar, Salvador/BA, CEP: 41810-011, Tel: (71) 2101-2005
Superintendência Estadual Goiás	Rua 132, 666 Setor Sul, Goiânia/GO, CEP: 74093-210, Tel:(62) 3238-9000
Superintendência Estadual Paraíba	Rua Severino Massa Spinelli, 167, Tambaú, João Pessoa/PB, CEP: 58039-210, Tel: (83) 3221-4363

Fração	Endereço
Superintendência Estadual Piauí	Rua Senador Cândido Ferraz, 1250, sala 2303 - Jóquei, Teresina/PI, CEP: 64049-250, Tel: (86) 3221-1680,
Superintendência Estadual São Paulo	Avenida Prestes Maia, 773, Luz – Ed. Ministério da Fazenda, 20º andar, São Paulo/SP, CEP 01031-001, Tel: (11) 2173-7900
Superintendência Estadual Tocantins	Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lote 03, Centro, Palmas/TO – CEP: 77006-214 Tel: (63) 3215-1488

4.2. O horário estabelecido para entrega é compreendido das 09:00h as 12:00h e 14:00h as 17:00h, considerando o horário local.

4.3. O horário estabelecido para a entrega na Base Administrativa do QGEx deverá ser agendado com o responsável pelo acompanhamento e recebimento no telefone (61) 3415-6991. Será verificada a conformidade entre o que foi empenhado, constante da nota de empenho e o que está sendo fornecido, constante da nota fiscal.

4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Para os itens do Grupo 1 e item 2.1, serão exigidos documentação ou laudo técnico que comprove que a madeira utilizada é originária de fontes de manejo sustentável, conforme certificação emitida pela, ABNT NBR 14.020:2002 e 14.024.2004 – rotulagem ambiental, e/ou cadeia de custódia FSC.

5.2. Para o item 3.1 será exigido laudo técnico qualificado ou rotulagem nos bens do cumprimento da Portaria nº 342/2014 INMETRO.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser

efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.3. multa moratória de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento);

13.3.1. multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.3.3. **suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.3.4. **impedimento de licitar e contratar** com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

13.3.5. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.4. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 618.187,60 (seiscentos e dezoito mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

Brasília, 17 de janeiro de 2020

ANEXO I

Representação visual/medidas aproximadas dos itens a serem adquiridos

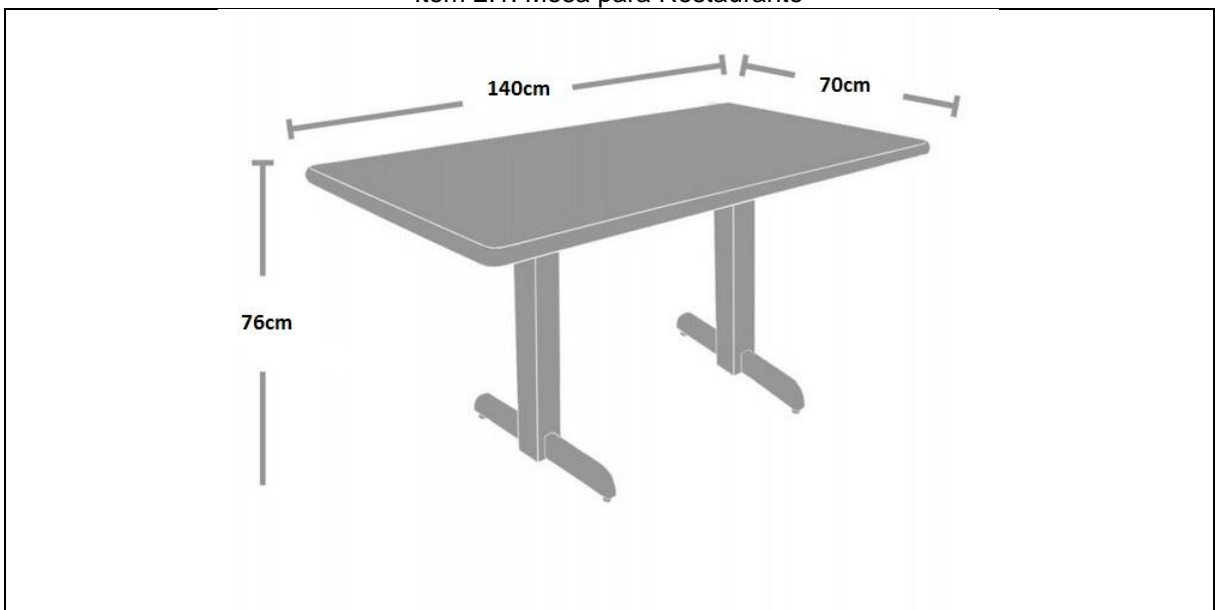
Item 1.1: Mesa de Reunião Tamanho 1



Item 1.2: Mesa de Reunião Tamanho 2

Idem acima

Item 2.1: Mesa para Restaurante



Item 3.1: Cadeira Refeição Empilhável

